

TEORIA E HISTORIOGRAFIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA**Eduardo Rouston Junior (PUCRS) ¹**

No campo da produção historiográfica, a Primeira República é uma das fases mais estudadas da história do Brasil². As contribuições, que continuam a crescer, abrangem diversas áreas, focalizando desde aspectos econômicos e sociais até questões culturais do período. É no âmbito político, contudo, que grande parte desse interesse tem se concentrado. A esse respeito, pode-se destacar, sobretudo a partir da década de 1970, três grandes tendências teórico-metodológicas.³ A *primeira* é composta por trabalhos que privilegiam o papel do Estado republicano na relação Estado-sociedade, subestimando seu caráter classista no encaminhamento e na defesa de suas aspirações⁴. Os trabalhos historiográficos relacionados a esta tendência, em geral, desprezam a hegemonia política da aliança Minas-São Paulo, contestando, neste sentido, a tese de que o Estado brasileiro era refém dos interesses das oligarquias cafeicultoras.

Na *segunda* vertente torna-se visível a apropriação do Estado republicano pelas unidades cafeicultoras, que conseguiram valer seus interesses sobre os demais estados do país. Os trabalhos que englobam esta segunda tendência conferem à aliança São Paulo-Minas incontestável hegemonia política. De base marxista, esta vertente tem destacado e reiterado que as elites políticas⁵ atuavam principalmente como representantes dos interesses econômicos dominantes no âmbito social da época. Os trabalhos que a ela se relacionam⁶ procuram destacar a hegemonia política e econômica da aliança Café com Leite, levando para um *plano secundário* as divergências internas, em suas reivindicações. Relacionam, desta forma, a atuação das classes dominantes, vistas em sua maioria como harmônicas,

¹ Mestre em História pelo PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. No momento, cursa o doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade.

² Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: um balanço historiográfico. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vértice, v. 1, n. 4, p. 244-280, 1989.

³ Essa divisão foi proposta por Viscardi (1996).

⁴ Destacam-se como trabalhos representativos deste paradigma os de Amílcar Martins Filho (1987) e o de Simon Schwartzman (1970).

⁵ Em sentido amplo, o termo elite aqui empregado refere-se aos grupos que ocupam o cume político, por parte daqueles que possuem autoridade numa determinada realidade histórica, ou podem ser, ainda, os responsáveis pela distribuição de recursos econômicos. Sobre esta questão ver: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁶ Neste caso podem ser destacados os trabalhos de Paul Cammack (1979) e o de Boris Fausto (1972).

aos interesses agro-exportadores, deixando de lado outros setores políticos a exemplo das oligarquias não cafeeiras, militares e do próprio Estado nacional.

Por fim, a *terceira* tendência, mais recente, tenta se colocar entre a primeira e a segunda citadas, ou seja, procura resgatar a autonomia relativa do Estado brasileiro em relação aos interesses econômicos em curso. A atuação das oligarquias estaduais não estaria nem totalmente desconectada dos interesses econômicos hegemônicos e nem condicionada pelos mesmos. Sem negar a importância expressiva das oligarquias paulista e mineira no quadro político nacional, reconhece que tal relevância foi construída com bastante dificuldade e que nem sempre os grupos políticos dominantes atuavam segundo interesses exclusivamente corporativos. Dentro desta vertente⁷, podem ser encontradas pesquisas voltadas para o estudo das chamadas oligarquias de *segunda grandeza*, destacando, por exemplo, o papel desestabilizador do Rio Grande do Sul e a atuação das oligarquias fluminenses na tentativa da construção de um eixo alternativo de poder.

Em relação ao tema de fundo de que trata este artigo, entende-se que o conjunto de contribuições historiográficas mais relevantes diz respeito à perspectiva trazida pela terceira tendência. Neste sentido, serão enfatizadas aqui as obras que, de algum modo, procuraram relativizar e problematizar a visão simplista e bastante difundida até hoje de que, durante este período da nossa história, as relações entre Estado e interesses oligárquicos agro-exportadores vinculados ao café resumiram-se à apropriação do primeiro pelos segundos e a uma realidade desprovida de tensões e disputas políticas. Na tentativa de perceber, na produção historiográfica, alguns exemplos que se aproximam desta avaliação, será analisado a seguir um estudo que expressa este terceiro grupo da historiografia política sobre o período republicano no Brasil: “*A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*” (2011), da historiadora Vera Lúcia Bogéa Borges.

Neste sentido, ao longo do nosso trabalho, tem-se por objetivo propor uma breve reflexão sobre a publicação citada, procurando ver nela a inspiração teórico-metodológica que motivou a autora na análise do período histórico em foco: a Primeira República brasileira.

⁷ Neste grupo de autores encontram-se os trabalhos de Eduardo Kugelmas (1986) e Marieta de Moraes Ferreira (1994), dentre outros.

1. CIVILISMO E MILITARISMO NA CULTURA POLÍTICA REPUBLICANA

Em “*A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*”, Vera Borges põe em cena a relação entre cultura política e imprensa nas primeiras décadas republicanas, tomando como evento síntese a sucessão presidencial que culminou no pleito de 1º de março de 1910, disputado por Hermes da Fonseca e Ruy Barbosa.

Logo na introdução do trabalho, Borges destaca a importância da utilização do conceito de cultura política para a explicação daquele contexto histórico. Nesse momento, a autora supera a tese geral de que a República teria sido um simples consenso oligárquico (voto de cabresto e coronelismo), a despeito da *política dos governadores*, inaugurada pelo então presidente da República Campos Sales, e valendo-se do conceito de cultura política, aponta a possibilidade de uma nova abordagem sobre aquele processo político:

Por conseguinte, a discussão clássica sobre as sucessões presidenciais na Primeira República julgando-as simplesmente um *jogo de cartas marcadas* em que tudo estava assegurado antes mesmo do pleito não só empobrece a discussão como inibe a percepção da dinâmica do processo eleitoral em questão. Daí buscarmos por intermédio do conceito de cultura política o cotidiano dos atores que compunham a cena política para o mapeamento daquela realidade histórica. Com efeito, é importante saber quais eram os valores, as vontades, as preferências e os ideais da sociedade estudada. (BORGES, 2011, p. 27-8).

No tocante à política dos governadores pode-se destacar também que a mesma, de acordo com a autora, não trouxe a estabilidade necessária para tranquilizar a política turbulenta vivenciada pela República em seus anos iniciais e muito menos isentou de conflitos alguns estados importantes, mas não “hegemônicos”, como São Paulo e Minas Gerais. A esse respeito, Borges advertiu:

A aliança entre esses estados apresentou inúmeras limitações de ordem política e econômica, proporcionava clima de instabilidade que não só impedia a formação das forças nacionais, os partidos, como

ainda, atrofiava a articulação da oposição a esta situação. (BORGES, 2011, p. 132).

Na reflexão sobre a Primeira República, a autora destaca que o embate eleitoral de 1909-1910 pode ser visto como a primeira reação expressiva em que se tenta romper com a “aparente harmonia política” da aliança Minas-São Paulo, dada a intensidade e a repercussão política e jornalística daquele processo eleitoral. O confronto Hermes *versus* Ruy, portanto, dividiu a cena política brasileira justamente por carregar consigo a marca de uma disputa efetiva, sendo revistos, neste sentido, os conchavos políticos de eleições anteriores.

Das fontes consultadas, os periódicos cariocas⁸ são os que receberam tratamento prioritário pela autora, mediante dois procedimentos metodológicos: a imprensa sendo vista não como “espelho fiel da realidade, mas sim enquanto espaço de representação do real” e o uso do recurso comparativo e do tratamento diferenciado de uma mesma notícia por jornais e revistas. A razão para priorizar a imprensa da capital federal vinha do fato de o Rio de Janeiro ter sido o responsável pela apuração da eleição para presidente e vice-presidente da República, juntamente com as demais capitais dos estados conforme determinava a primeira Constituição republicana, a de 1891. Assim, afirma Borges, “além de ser o centro político do país, a capital federal exercia papel fundamental no processo eleitoral da Primeira República.” (BORGES, 2011, p.26).

Do ponto de vista teórico, o trabalho lança mão do conceito de *cultura política* a fim de recuperar a dinâmica política da Primeira República brasileira. Vale ressaltar que o termo cultura política tem sido bastante utilizado nas investigações de realidades históricas diversas⁹. Em determinados casos, o uso do termo ocorre devido à pretensão de se compreender porque uma determinada sociedade desenvolve dinâmicas institucionais diferenciadas, mesmo quando aparentam possuir um mesmo aparato institucional. Por exemplo, tem-se o debate sobre as

⁸ Os periódicos usados pela autora para o desenvolvimento de sua tese integram a chamada grande imprensa. De forma genérica, a expressão designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro. Os jornais em foco foram: “Jornal do Brasil”, “Correio da Manhã”, “Gazeta de Notícias”, “O País”, “Jornal do Comércio” e “A Imprensa”.

⁹ A esse respeito, observar: CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama. A validade do conceito de cultura política. In: *Anais do X Encontro Regional de História da ANPUH/MG*. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, p. 83-91, 1996.

experiências político-partidárias na América Latina em comparação com as desenvolvidas na Europa ocidental e nos Estados Unidos. Em outras circunstâncias, o termo tem sido empreendido a partir da história política renovada¹⁰ em contato com a história cultural. Muitas categorias passaram a ganhar projeção em virtude desta articulação e entre elas pode-se destacar a cultura política. No caso, a obra historiográfica em foco se coloca sob esta segunda perspectiva.

É importante lembrar aqui que ao dialogar com os elementos da cultura, a história política assume uma forma de abordagem focalizando os aspectos simbólicos, mitificados, propagandeados da política, enquanto investigação histórica. E é nesse campo de abordagem que a discussão sobre cultura política adquire grande relevância temática, já que, invariavelmente, haverá a preocupação em se conhecer como a dinâmica interativa entre os agentes sociais de uma dada realidade promove a cristalização de valores, imagens e símbolos suficientemente significativos para a mobilização política.

A respeito das fronteiras entre os campos do conhecimento, Borges chama atenção para a importância da autonomia adquirida pela história política ao destacar que: “para os estudiosos do campo da história política, não é o caso de reclamar para si algo especial, mas também é ser redutível a um reflexo superestrutural, ou seja, a autonomia pode existir e dar novo brilho à realidade social.” (BORGES: 2011, p. 59).

Ao mesmo tempo que essa troca pode soar como enriquecedora, conjugam-se, simultaneamente, na análise proposta, o aspecto individual, a partir da interiorização das experiências nos diferentes ambientes, com o fenômeno coletivo, ao identificar que grupos inteiros compartilham vivências e experiências que permitem identificar ações e comportamentos em comum. Da mesma forma, exprime-se, através do fenômeno da cultura política, a possibilidade de “interpretações ligadas tanto à curta duração, ao acontecimento, quanto à longa duração, como a conformação de uma mentalidade ou cultura política de um grupo maior ou menor.” (BORGES, 2011, p.59).

¹⁰ Uma boa análise a respeito da história política renovada e seus desdobramentos na historiografia política brasileira encontra-se em ABREU, Luciano Aronne de. *Autoritarismo e Desenvolvimento: um estudo “do político” no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

Em relação a isso, deve-se destacar o conceito de pluralidade dos tempos históricos, defendido por Rémond em sua obra-manifesto “Por uma História Política”. Diz ele que a recente história política, especialmente a partir do final da década de 1980, passou a considerar a existência de vários ritmos de tempo, combinando o instantâneo e o extremamente longo, datas e acontecimentos com ideologias e mentalidades. (RÉMOND, 2003, p.34). Em outras palavras, era a história política incorporando algumas características norteadoras dos *Annales*, como a ideia de não preocupar-se exclusivamente com o tempo curto. Da mesma forma, se combinaria o social ou o cultural com o político, conforme opinião de Julliard, de que o historiador deveria se preocupar também com a longa duração, reunindo os elementos que o acontecimento, muitas vezes oculta. De certa forma, é o que a autora se propõe a desenvolver em seu estudo sobre a política brasileira das primeiras décadas do período republicano.

Ao trazer a perspectiva da cultura política para a reflexão da Primeira República, enfatiza:

Nossa perspectiva supera a descrição do comportamento político e traça uma explicação do funcionamento, da elaboração dos valores e das atitudes, bem como da identificação das mudanças ocorridas daquela cultura política. Portanto, é fundamental compreendermos os elementos que lhe deram origem no princípio do século XX, e para tal, devemos discutir como os setores dominantes da sociedade que exerciam o poder no Brasil garantiam e justificavam o seu domínio. (BORGES, 2011, p. 72).

Face ao exposto, é possível observar que, na discussão proposta, ao colocar em jogo a luta eleitoral de 1909-1910 e a cultura política que a abriga, pode-se perceber o esforço por parte da autora em abrir um novo campo para a compreensão daquela República e do seu processo sócio-político-cultural como um todo. Ângela de Castro Gomes ainda acrescentou que: “estudar uma cultura política (...) é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais.” (GOMES, 2005, p. 32-33).

Esta observação está diretamente ligada, por exemplo, à noção “consagrada” e difundida até hoje nos meios acadêmicos de que a fase republicana, em análise, foi

velha, tese esta refutada por Vera Borges. Para tal autora, a lógica da “Primeira República”, no entanto, “era muito mais complexa e dinâmica do que parece à primeira vista e nada tem, ou muito pouco, de antiga ou deteriorada, como sugere o adjetivo *velha*.” (BORGES, 2011, p. 157).

Nesse sentido, a eleição é compreendida por ela como um processo que envolve muito mais do que apenas o resultado final, ou seja, a vitória de um candidato. Assim, deve-se considerar, tendo em vista o combate eleitoral de 1909-1910, outros elementos importantes como as alianças que foram estabelecidas, os distanciamentos que passaram a existir, as plataformas gestadas, a movimentação dos candidatos através das *excursões eleitorais* e a agitação popular nas ruas da capital.

Mas, afinal, quais seriam os principais aspectos que estavam em pauta e, de alguma forma, permeando a cultura política da Primeira República brasileira? De acordo com a autora, entre os principais elementos característicos daquela conjuntura histórica, podem-se destacar: a prática da troca de favores, a utilização do beletismo como forma de mérito público na busca por uma posição social de projeção, o uso da força para resolver as discordâncias e a valorização da oratória enquanto método político, em outras palavras, o excesso de retórica discursiva no lugar da ação. (BORGES, 2011, p. 72).

Tais elementos são amarrados e explicitados com maior nitidez, em sua narrativa, a partir do uso de dois conceitos-chave para o entendimento daquele período histórico: militarismo e o civilismo. Vale destacar que esta polaridade, que tinha suas raízes no cenário mundial, por sua vez, sintetizava os ideais das duas candidaturas em análise: a *militarista*, com Hermes da Fonseca, e a *civilista* com Rui Barbosa.

Em relação ao militarismo, pode-se dizer que sua institucionalização se deu como solução para impedir que a Presidência da República continuasse nas mãos dos conselheiros do Império como Rodrigues Alves, Afonso Pena, Rio Branco e Ruy Barbosa. Da mesma forma, a campanha *hermista* foi considerada, desde a primeira hora, como uma eventual manobra política devido à violência da campanha partidária e do caráter de choque entre as correntes civis e militares. Já na segunda semana de maio de 1909, praticamente consolida-se a campanha pró Hermes, com

a realização da chamada *Convenção de Maio*, presidida pelo adversário político do Presidente Afonso Pena, o mineiro Francisco Sales.

É bom lembrar, neste sentido, que o gaúcho Hermes da Fonseca antes de ocupar o Ministério da Guerra no quadriênio de Afonso Pena (1906-1909), foi comandante da brigada policial da capital federal (1899-1904) e da *Escola Preparatória e Tática de Realengo*, atuando, por exemplo, na Revolta da Vacina. Portanto, trazia no seu histórico uma forte marca do elemento militar. A própria expressão *marechal Hermes* (referencia direta a condição de militar do candidato), ao longo da campanha eleitoral, era utilizada de forma corrente pelos periódicos da época, esclarece a autora. Além disso, cabe destacar que a projeção no cargo de Ministro da Guerra acabou levando Hermes à Europa em 1908, atendendo ao convite do Kaiser Guilherme II para assistir às manobras do exército alemão, considerado o mais bem preparado naquele momento, em Potsdam. O episódio contou com vasta cobertura jornalística favorável à viagem do ministro da Guerra, então chamado de *Kaiser sul-americano*. Ao retornar para o Brasil, Hermes conquistou, rapidamente, a condição de candidato à presidência¹¹. (BORGES, 2011, p. 143).

A reação à campanha militarista deu origem aos civilistas. Diante da “ameaça do militarismo”, para este grupo, era importante marcar presença com o diferencial do civilismo. Este era apresentado ao país como a expressão da liberdade e de respeito às instituições e às leis. Segundo Vera Borges, a reação dos civilistas era contra o chamado *mal militar*, resultado de uma “doença profunda existente no organismo civil da nação.” Portanto, para seus seguidores, o civilismo não tinha ódio ou prevenções contras as classes armadas em si. O importante era a “restauração da ordem civil, a proibição que facções políticas explorassem as Forças Armadas e a revisão das leis institucionais.” Dentre os presidenciáveis, conquistou a vaga o baiano Ruy Barbosa¹². (BORGES, 2011, p. 84). Considerado um dos ideólogos mais representativos do período inicial da república, Ruy foi deputado pela Bahia, ainda

¹¹ Rapidamente Hermes recebeu apoio do Partido Republicano Mineiro em troca da indicação do vice na chapa, Wenceslau Brás. O apoio à candidatura militar também veio do presidente Nilo Peçanha, do senador Pinheiro Machado e de alguns estados do norte e do nordeste do país.

¹² Além da situação baiana, a Campanha Civilista contou com o Partido Republicano Paulista (PRP), que indicou o vice da chapa, o presidente do estado Albuquerque Lins, assim como os seguidores do Partido Federalista do Rio Grande do Sul.

durante o Império, destacando-se no parecer sobre a reforma do ensino (1882-1883). Com a Proclamação da República, ocupou o Ministério da Fazenda, mas sua política financeira de cunho industrialista foi interrompida com a demissão coletiva do ministério dois anos mais tarde, em 1891. A partir de então, ocupou, até a sua morte em 1923, uma cadeira no Senado Federal que lhe permitiu atuar ativamente no projeto constitucional que consagrou o regime presidencialista nos moldes norte-americanos, inclusive quanto ao papel do poder Judiciário. (BORGES, 2011, p. 144).

Neste sentido, no início da terceira década republicana no Brasil, a eleição presidencial de 1909 e 1910 apresentava aspectos de uma cultura política e pulsante, cujas raízes, entretanto, podiam ser encontradas no cenário mundial do século XIX. A noção de militarismo como forma de indicação da predominância dos militares sobre os civis pela propagação dos interesses de caráter militar pela sociedade já era usada, por exemplo, em países como França, durante o Segundo Império, Inglaterra e Alemanha. Com o decorrer do tempo, a expressão passou a significar concretamente o controle dos militares sobre os civis, ou seja, a garantia da primazia das forças armadas em relação a um dado governo a partir da crença da autoridade acima de tudo. Em outras palavras, tratava-se da disseminação do *modo militar de agir*.

Em relação ao Brasil, o militarismo esteve intimamente ligado com as “incertezas surgidas com a abolição da escravidão, em 1888, e a derrubada do Império no ano seguinte.” Com a proclamação da República, salienta Borges, o Exército tornou-se um “grupo de pressão e a *mocidade militar* da época que se considerava mais instruída e preparada para a modernização do país do que os bacharéis”, que, por sua vez, valorizavam o “discurso em detrimento das soluções práticas”. (BORGES, 2011, p. 82).

Como contraponto aos princípios de obediência e de subordinação hierárquica, característicos do espírito militar, afirmava-se também, naquele tempo, a ideia de poder dos civis, desenvolvida, principalmente, através de uma das doutrinas dominantes do século XIX, o liberalismo. A esse respeito, afirma a autora: “com certeza, o ponto de partida para a concepção liberal estava em Benjamin Constant, ao compreender que os indivíduos deviam estar libertos do poder do Estado para se

dedicarem a desenvolver suas potencialidades e, assim, melhorar a sociedade.” Ao fazer um paralelo com a discussão em torno da democracia, acrescenta:

Neste cenário, uma questão torna-se essencial: o direito de eleger representantes para o Parlamento, assim como o de ser eleito. Em linhas gerais, nos regimes representativos, o desenvolvimento da democracia projeta-se em duas direções: no crescimento quantitativo de eleitores, (...) e na multiplicação dos órgãos representativos compostos por representantes eleitos. Assim, a democracia liberal torna-se muito mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo ao assumir a característica do complemento e correção e não de mudança profunda da forma de governo. (BORGES, 2011, p. 84).

No caso do Brasil, na disputa eleitoral entre Hermes da Fonseca e Ruy Barbosa, a identificação com os liberais foi reivindicada pelo civilismo, visto, por eles próprios, como um campo de resistência liberal que ansiava por colaborar pela restauração da ordem civil. Neste sentido, segundo Borges, há várias menções por parte de Ruy de se utilizar como equivalentes *civilistas* e *liberais*, uma vez que na lógica da oposição civilista: “a defesa da ordem civil não era a expressão de um caso transitório, mas uma necessidade permanente na vida republicana.” Para os civilistas, como o governo militar era compreendido como um “terremoto”, uma “violação constante, irresponsável e ostentosa das leis”, era importante construir e consolidar no país uma República civil, baseada na defesa intransigente dos preceitos constitucionais.

Vale lembrar, além disso, que a concepção de República defendida pelo grupo da oposição civilista baseava-se nos moldes federalistas a partir da reunião dos estados, unidos pela nacionalidade, assim como na solidariedade dos grandes interesses de representação e de defesa exterior. Portanto, afirma a autora, a oposição ao militarismo estabelecida pelo civilismo imprimia à disputa presidencial “o aspecto de confronto nacional de ideias e atribuindo ao eleitor a condição de árbitro na disputa.” (BORGES, 2011, p. 149).

Deve-se acrescentar a isto, com base na reflexão proposta, também a influência e a participação, em termos de ideias políticas, da geração de intelectuais

brasileiros de 1870¹³, na campanha presidencial de 1909-1910, consolidando-se na esfera política do país. O diálogo com a tradição imperial se deu, segundo Vera Borges, em função do caráter conservador presente nos movimentos de 1870 e na plataforma civilista de Ruy Barbosa, especialmente a partir de 1913, quando a bandeira do *reformismo* ganha maior peso. A esse respeito, salienta:

Os elementos básicos do discurso conservador encontram-se aí presentes. A luta contra o mal – de fundo religioso – a denúncia de corrupção dos valores morais, a exigência do saneamento, limpeza e higienização da prática política, o chamamento à unidade e ao espírito patriótico, tudo isso articulado em prol do revisionismo. Numa palavra: o ajuste fino para a reiteração do mesmo. E quem foi o político escolhido para representar o papel descrito por essa imprensa conservadora? Ruy Barbosa. (BORGES, 2011, p393).

No caso da disputa presidencial, deve-se esclarecer, no entanto, que os dois candidatos em questão, ou seja, não apenas Ruy Barbosa, mas também Hermes, não pretendiam transformar o *status quo* existente, materializado, sobretudo, na prática de eleições fraudulentas. Assim, por não apresentarem não mais que discursos reformadores, embora reivindicassem maior participação política da população e dialogassem também com os setores não oligárquicos, as duas campanhas presidenciais acabavam se aproximando. Contudo, esclarece a autora, mesmo as escolhas limitadas demonstram os valores legitimadores existentes numa sociedade e são merecedoras de atenção, justamente, como forma de buscar as especificidades da cultura política da época.

Nesse sentido, um aspecto importante a ser ressaltado é que, ao buscar no cenário nacional e internacional do século XIX, elementos importantes para a formação da cultura política brasileira da Primeira República, a autora realiza, sem dúvida, uma história de longa duração, já que na tentativa de explicar a disputa presidencial, isto é, um acontecimento, Borges utilizou o conceito de cultura política, vinculado a uma temporalidade longa. Sendo assim, a autora conseguiu unir evento

¹³ Em linhas gerais, pode-se considerar que a geração de 1870 tinha a marca do reformismo, isto é, transformação com a manutenção das instituições existentes, portanto, sem revolução. Neste sentido, a dimensão elitista era uma de suas marcas. Para Ângela Alonso (2002), o pensamento daqueles anos pode ser considerado engajado, uma vez que os intelectuais da referida geração desenvolveram interpretações críticas sobre os principais problemas brasileiros.

e estrutura, realizando o que René Rémond e Jacques Julliard viam como o principal desafio da nova história política.

Como o caminho escolhido pela autora para discutir a Primeira República passa primordialmente pelos diferentes periódicos da época, passa-se agora a enfocar de que maneira Vera Lúcia Borges, em seu estudo, apresentou e relacionou a cobertura jornalística referente às duas campanhas presidenciais com a questão da cultura política.

Em primeiro lugar, convém destacar que a autora priorizou os periódicos de maior expressão e que, também, apresentavam os sinais da modernização da época, como o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta de Notícias*, entre outros, e tendo como recorte espacial a capital federal, Rio de Janeiro. A escolha desta cidade como núcleo geográfico para o desenvolvimento de sua proposta justificava-se, segundo ela, tendo em vista que o Rio de Janeiro “era uma espécie de ponto de convergência de todas as tendências políticas da época, marcada ainda, pela malha de conspiração, revolta e politicagem.” (BORGES, 2011, p.130).

Neste sentido, a partir da análise de seu inúmeros títulos, pode-se destacar que a imprensa periódica tanto servia de palco como cumpria o papel de personagem importante ao se apropriar da discussão acerca das campanhas eleitorais. Em relação a isso, diz a autora:

Percebemos que as publicações cariocas importantes repercutiam as ações dos principais personagens políticos, constituindo-se protagonistas daquele cenário de disputa. Dito de outra maneira, naquela campanha eleitoral, as estratégias – determinação de membros da equipe para refletirem sobre a questão, o espaço privilegiado das publicações destinado ao tema e a reavaliação de adesões e distanciamentos – acabaram por interferir diretamente nos rumos do processo que acabou por garantir o sucesso de Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás. (BORGES, 2011, p. 106).

Preocupados cada vez mais com o aumento das vendas, os periódicos buscavam por notícias que cativassem o público leitor. Desta forma, as fases de conturbação política como, por exemplo, as sucessões presidenciais motivavam, nesse sentido, a escolha das matérias de suas pautas. Naquele momento, deve-se lembrar, ainda, que o poder econômico atuava de forma perversa ao pressionar o

posicionamento dos jornais e revistas. Em outras palavras, pode-se afirmar que aquilo que era veiculado nas folhas, muitas vezes, tinha comprometimento prévio e era comum a compra da opinião de parte da imprensa pelos governos constituídos.

Outro fator de destaque levantado pela autora foi perceber que, ao longo do processo eleitoral, as adesões e os distanciamentos ocorriam com frequência e tudo era devidamente registrado pela imprensa. Ou seja, se as pessoas mudavam de lado, as empresas jornalísticas, por seu turno, avaliavam suas opções. A esse respeito, pode-se citar o exemplo do jornal *Correio da Manhã*. Logo nos primeiros números, o jornal apresentava-se como favorável à candidatura Hermes. Entretanto, a flexibilidade parecia ser uma das marcas principais deste periódico, que, influenciado pelo jogo político da época, logo transferiu-se de lado, posicionando-se em direção à candidatura de Ruy Barbosa. Em suas palavras, diz a autora:

O *Correio da Manhã* era um exemplo típico e apesar de, num primeiro momento simpatizar com o nome de Hermes da Fonseca, tão logo a pena algoz de Carlos de Laet¹⁴ em relação a Ruy Barbosa ganhava densidade no *Jornal do Brasil*, mudou de conduta. Desta forma, seu diretor e proprietário, Edmundo Bittencourt, não teve dúvida e trouxe de volta um nome de peso da sua equipe, Gil Vidal. Este *duelo de titãs do jornalismo* da época era apenas um dos inúmeros movimentos que a disputa presidencial produziu. (BORGES, 2011, p 185).

No intuito de identificarem os candidatos à Presidência, os periódicos utilizavam, de forma corriqueira, expressões como *conselheiro Ruy* (alusão a sua condição no Império, republicano de última hora, desta forma traidor do imperador, advogado de poderosos) e *marechal Hermes* (referência direta a condição de militar do candidato, e portanto, considerado herdeiro do governo arbitrário e violento de seu colega de farda Floriano Peixoto). Claro que a utilização das expressões já denunciava de que lado estavam. A esse respeito, Borges assinala que:

Os adversários de Ruy Barbosa não podiam esquecer seu passado de protagonista político no Império. Por sua vez, os opositores de

¹⁴ Carlos Maximiliano Pimenta de Laet foi um dos jornalistas de maior projeção do *Jornal do Brasil*. Ao longo de sua trajetória de vida, defendeu principalmente duas crenças: uma política e outra religiosa. Monarquista e católico, Laet sustentou suas convicções mesmo ante o perigo de vida e o risco de perseguições, como por ocasião da Revolta da Armada em 1893. Foi um dos maiores adversários de Ruy Barbosa.

Hermes da Fonseca realçavam sua condição de militar, situação que não devia cair no esquecimento dos eleitores, acrescentavam a isso ainda a ausência de experiência administrativa que o cargo de presidente exigia. (BORGES, 2011, p. 138-9).

Diante disso, a autora chama atenção para o fato de que se nos outros pleitos reinava o marasmo da candidatura única, na campanha de 1909-1910 imperava uma verdadeira disputa. Esta, por sua vez, consolidaria no país o jornalismo de propaganda política, tornando-se tradição na imprensa brasileira.

Retomando brevemente a discussão mais conceitual, torna-se pertinente destacar aqui a leitura feita por Rodrigo Patto Sá Motta em relação ao uso de jornais enquanto canais de reprodução e/ou demonstração da cultura política:

Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositalmente com tal fim. Nos textos dos livros e jornais, e também nas suas imagens visuais, desfilam heróis (e tão importantes quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos, símbolos e os valores morais do grupo, e nessas publicações muitas pessoas encontram motivação para identificar-se e aderir. (MOTTA, 2009, p. 24).

Outro ponto a se destacar é que o duelo pela Presidência da República fez com que a trajetória política dos dois candidatos, em outros momentos da história republicana, fosse recuperada pelos jornais. Isso pode ser identificado com mais clareza nos destaques dados, por exemplo, à atuação de Ruy na conferência internacional de 1907, valendo-lhe a denominação de *Águia de Haia*, e à condição conferida à Hermes como o primeiro militar que poderia chegar ao Palácio do Catete através do voto.

Ao estudar a disputa eleitoral de 1909 e 1910 através da imprensa, a autora encontrou nos jornais e revistas da época representações humorísticas, que apareciam como manifestação de crítica e direcionadas aos candidatos à Presidência. As caricaturas, os desenhos e as charges, diz ela, evidenciaram as “estratégias de luta e a convivência de setores da sociedade dentro da ordem excludente da Primeira República.” (BORGES, 2011: 271). Outro mecanismo deu-se através da consulta à correspondências, telegramas e cartas, frequentemente

publicados nos periódicos, nos quais Vera Borges recupera as diversas e “acaloradas” manifestações da população em geral a respeito da disputa eleitoral.

Nesse sentido, ao trazer à tona vários exemplos da participação popular no processo eleitoral, entende-se que Vera Borges realizou uma história política não elitista, pelo menos não de forma absoluta, já que também enfocou em seu estudo as classes populares, ao perceber, por exemplo, o intenso interesse popular, tanto por meio de manifestações individuais quanto das demonstrações nos espaços públicos, pelas eleições. Um exemplo interessante trazido pela autora é o da participação feminina no processo eleitoral em questão. Neste sentido, Borges destaca que:

Em janeiro de 1910, o *Jornal do Brasil* noticiou sobre a Junta Feminina pró-Hermes-Wenceslau existente na cidade do Rio de Janeiro, (...) cuja Presidência era ocupada pela professora Deolinda de Figueiredo (...). Para lá eram enviadas as comunicações de senhoras e senhoritas que apoiavam aquela chapa eleitoral.” (BORGES, 2011, p. 396).

Ou seja, mesmo sem a existência do voto feminino, identifica-se a atuação de algumas mulheres, que não deixaram de manifestar publicamente suas preferências eleitorais. Em vista disso, pode-se afirmar que a história política proposta pela obra historiográfica em foco, como dito acima, não é totalmente elitista, uma vez que a autora pretende incluir no jogo político republicano a ação de outros atores sociais possíveis, como, por exemplo, o grupo de mulheres, mencionado acima. Mesmo impossibilitadas do exercício do voto, em função das restrições impostas pela Constituição de 1891, que, por exemplo, excluía os analfabetos e as próprias mulheres do processo eleitoral, estas últimas, nem por isso, deixaram de fazer política.

Contrariando o fazer historiográfico dominante de muitos intelectuais brasileiros que diziam que a população carioca era passiva, ausente, ou seja, estava à margem do debate político eleitoral de 1909-1910, Vera Borges recuperou, de forma consistente, a participação política do povo, a partir dos diferentes jornais da época, e de que forma se deu a inserção desta participação naquele debate político. Tendo como preocupação central o estudo da cultura política republicana, e cenário de

investigação a cidade do Rio de Janeiro, Borges pretendeu explicar o porquê de aquele comportamento político popular ter atuado de forma tão expressiva naquela conjuntura eleitoral.

Assim, pode-se identificar na abordagem da autora a tentativa clara de ampliação do objeto da história política acerca da temática em foco, pois buscou compreender, a partir do conceito de cultura política, as práticas cotidianas, tanto coletivas como individuais, nas quais sujeitos comuns também atuavam politicamente, e é nisto que reside um de seus méritos.

Enfim, como se procurou demonstrar ao longo deste estudo, pode-se afirmar que a reflexão em torno da política brasileira, nas primeiras décadas do século XX, a partir do cotidiano dos diferentes atores sociais em vigência de alguns embates e enfrentamentos existentes naquela sociedade, exemplificou a renovação da historiografia política acerca da Primeira República no Brasil. A disputa à Presidência com a existência de duas candidaturas revelou-se como a demonstração explícita de desentendimento nas oligarquias, rompendo com a visão tradicional de que, durante aquela fase, a história política brasileira esteve resumida apenas às eleições de *bico de pena* e ao voto de cabresto. Ou seja, a política do café com leite existiu e foi fundamental, mas certamente não era toda a política estatal e não se fazia sem confrontos intraoligárquicos crescentes. Do ponto de vista teórico, cabe destacar que, ao mesclar elementos característicos dos *Annales*, como a preocupação com o universo mental e as estruturas, com outros, como os eventos e as individualidades, a história política recuperou sua potencialidade para se aproximar – com mais competência – do passado e, com isto, ter efetividade na produção do conhecimento histórico.

Não é objetivo realizar aqui uma análise exaustiva acerca da historiografia política que tematizou a Primeira República brasileira. Entretanto, para finalizar este artigo, pode-se apontar brevemente outros exemplos historiográficos que se percebe na atualidade e que, de alguma forma, se enquadram dentro da terceira vertente mencionada no início deste trabalho.

Primeiramente, pode-se destacar o trabalho de Cláudia Viscardi, “*O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*”, em que a autora questiona a tese da suposta “harmonia” imperante na aliança café com leite. Sua análise revela

que a aludida parceria não desempenhou a função estabilizadora que se lhe atribui. Na realidade, segundo ela, a aliança São Paulo-Minas só vigorou na fase final do regime e com resultados desfavoráveis para a ordem federativa vigente.

A hipótese defendida pela autora era a de que a estabilidade do modelo político em vigor era garantida, principalmente, pela instabilidade das alianças entre os estados politicamente mais importantes da Federação, impedindo-se, a um só tempo, que a hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva.

Para a comprovação desta hipótese central, Viscardi parte de dois pressupostos básicos. O primeiro diz respeito a Minas Gerais. O referido estado, segundo ela, viveu internamente, durante todo o período em foco, árduas disputas intraelitistas, que interferiram na luta por sua projeção nacional. Assim, a sua importância política no período não derivou de um “apaziguamento interno de suas divergências, mas, sobretudo, de seu poder econômico, condicionado por ser o segundo maior exportador nacional de café, aliado ao fato de possuir o maior contingente eleitoral.” (VISCARDI, 2012, p. 25).

O segundo se refere às relações entre o Estado republicano e a cafeicultura. O fato de a economia agroexportadora estar condicionada à ascensão de preços do mercado internacional para ampliação de seus lucros, a tornava refém das políticas cambial, fiscal e monetária estabelecidas nacionalmente. Portanto, a esfera da política se constituía de importância fundamental para que os interesses econômicos dos cafeicultores fossem contemplados. Disso, ressalta a autora, surgia o interesse premente dos estados cafeicultores em manterem-se no poder. (VISCARDI, 2012, p. 26).

No que diz respeito ao referencial teórico, Viscardi destaca que sua narrativa muito se moldou sob a influência do historiador Lawrence Stone. Para este, tal estilo consiste em organizar matérias em sequência cronológica, concentrando o conteúdo em uma única história coerente, embora envolvendo subtramas. Neste sentido, volta-se bem mais para a ação dos homens e menos sobre as circunstâncias, ou seja, volta-se mais para o particular e menos para o quantitativo.

Além de ser uma narrativa, seu texto insere-se no contexto da “segunda geração” dos Annales e de sua recente renovação. Isto implica dizer que seu

trabalho, ao tratar de fatos históricos predominantemente de caráter político, não deixa de estabelecer conexões com o contexto econômico, social e cultural mais amplo. Para que tal objetivo fosse alcançado, a autora recorre ao conceito de autonomia do político, sob a ótica de Rémond, conceito este que serviu de parâmetro norteador de sua abordagem acerca das relações entre as elites políticas e econômicas. Por fim, apropria-se do conceito de hegemonia de Gramsci para falar da construção de grupos aliados que exercem uma direção política, intelectual e ideológica durante determinado período de tempo.

Outro exemplo profícuo é a obra “*Só para Iniciados...o jogo político na antiga capital federal*”, escrita pela historiadora Surama Conde Sá Pinto. Focado na análise da trajetória das elites políticas cariocas durante a Primeira República, o trabalho lança mão de conceitos como *campo político* e *cultura política* a fim de recuperar o perfil dos parlamentares e compreender a dinâmica política do Rio de Janeiro. Para a recuperação do perfil desses atores, Surama, além de selecionar alguns personagens-chave, que foram objeto de biografias específicas, faz também o estudo de biografias coletivas dos parlamentares e intendentess cariocas. Com este instrumental teórico e metodológico, a autora apresenta uma contribuição importante para os estudos de história política, ao articular com propriedade teoria e empiria.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne de. **Autoritarismo e Desenvolvimento**: um estudo “do político” no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910**: imprensa e cultura política na primeira república. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

CAMMACK, Paul. **O coronelismo e o compromisso coronelista**: Uma Crítica. Cadernos do DCP, Belo Horizonte: n. 5, 1979.

CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama. A validade do conceito de cultura política. In: **Anais do X Encontro Regional de História da ANPUH/MG**. Mariana: LPH - Revista de História. Belo Horizonte: UFMG, p. 83-91, 1996.

FAUSTO, Boris. **Pequenos ensaios da história da república**: 1889-1945. São Paulo: Cebrap, 1972.

FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro. **Primeira República**: um balanço historiográfico. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Vértice, v. 1, n. 4, p. 244-280, 1989.

_____. **Em busca da Idade do outro**. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: Algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Orgs.). **Culturas políticas**: ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques (org.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KUGELMAS, Eduardo. **Difícil hegemonia**: um estudo sobre São Paulo na Primeira República. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1986.

MARTINS FILHO, Amílcar. **The White Collor Republic**: Patronage and Interest Representation in Minas Gerais, 1889-1930. Tese de Doutorado, Illinois, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação da cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. **Representação e cooptação política no Brasil**. Revista Dados, Rio de Janeiro, 1970.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na primeira república brasileira. In: **Anais do X Encontro Regional de História da ANPUH/MG**, Mariana. LPH - Revista de História. Belo Horizonte: UFMG, p. 218-229, 1996.

_____. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.